

1.6.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, VIAGENS DE EXPLORAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Ana Cristina Martins



Sala de Portugal, Sociedade de Geografia, R. das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 Lisboa, Portugal © SGL.



Ano decisivo: 1875

A 10 de novembro de 1875, um grupo de 39 homens, ligados às letras, às ciências e ao exército, decide promover uma subscrição para solicitar ao rei D. Luís I (1838-1889) a criação da 'Real Sociedade de Geografia de Lisboa' (SGL). Entre os assinantes, encontramos intelectuais, jornalistas e políticos da envergadura de um Teixeira de Vasconcelos (1816-1878), Eduardo Coelho (1835-1889), Pinheiro Chagas (1842-1895), Sousa Martins (1843-1897), Teófilo Braga (1843-1924), Luciano Cordeiro (1844-1900), Cândido de Figueiredo (1846-1925) e António Enes (1848-1901). Os sócios fundadores acabam por ser 74, 63 dos quais ordinários e 11 correspondentes (Fig. 1).

Destinada a promover, no país, o estudo e o desenvolvimento das ciências geográficas e afins, a SGL é instituída num momento particularmente delicado da política interna e, sobretudo, externa de Portugal. Esforçando-se por impedir o apetite voraz de agendas imperiais europeias por territórios africanos, a SGL organiza conferências, congressos científicos, cursos livres e concursos que permitam esclarecer cabalmente a prioridade do direito histórico do país sobre algumas dessas geografias. Um direito que é fortalecido através de viagens de exploração e de investigação científica financiadas pela própria SGL e cujos dados recolhidos são estudados, divulgados e preservados em arquivos, bibliotecas, museus e publicações. O próprio Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, editado a partir de 1876, testemunha esta estratégia que contempla ainda o estabelecimento de relações com instituições congêneres europeias de modo a facilitar a permuta de informações e o agendamento de ações de cooperação.

Compreender, no entanto, a urgência colocada na fundação da SGL implica recuar alguns anos na política interna e externa portuguesa. Com efeito, entre 1836 e 1865, verificara-se, sob influência do Marquês de Sá da Bandeira (1795-1876), uma viragem na política interna para África que se tornara crucial na sequência da independência do Brasil. Por isso se compuseram explorações de âmbito comercial e científico, a exemplo das empreendidas por Joaquim Rodrigues Graça, nos anos 40, Frederich Welwitsch (1806-1872), Silva Porto (1818-1890) e José Anchieta (1832-1897), na década de 50. Enquanto isso, a "Regeneração" (1851-1868) recriava o Conselho Ultramarino (1851). Mas subsistia um problema: a escassa implantação portuguesa no terreno. A verdade é que o interior africano continuava a ser mal conhecido e apenas as zonas costeiras apresentavam locais-chave para o escoamento de produtos coloniais. Compreende-se, assim, que sejam lançadas campanhas militares e expedições científicas, nomeadamente a Angola, entre as quais a fitogeográfica (1853 e 1861). Fora, sem dúvida, o início de um longo caminho que a SGL procurará abreviar, envolvida que estará, desde cedo, nos contextos português e europeu da época, em especial no que se refere à posição de Portugal no ultramar, com realce para o continente africano.

Entretanto, a campanha contra o tráfico de escravos, num primeiro momento, e pela extinção definitiva da escravatura, num segundo, incrementa o interesse da opinião pública europeia por África. Uma curiosidade que é alimentada pela imprensa periódica graças a notícias aportadas por missionários e exploradores que percorrem o seu interior, e pela leitura de livros publicados no país e no estrangeiro, nomeadamente dos inscritos no conceito de 'literatura de viagem', que incluem amiúde reproduções gráficas das paisagens percorridas reveladoras de um exotismo no qual muitos entreveem grande potencial económico. Novidades que acabam por redobrar atenções junto de sociedades de geografia instituídas em capitais, como Londres e Paris, que apoiam projetos de ocupação territorial sob pretexto de incrementarem a ciência geográfica. Portugal não pode alhear-se deste movimento, sobretudo quando existem já cerca de 40 sociedades análogas espalhadas pelo mundo desde a fundação da primeira, a parisiense, em 1821, certamente inspirada na *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa* (a *African Association*), criada em Londres no longínquo ano de 1788, coincidindo, em grande parte, com as emergentes políticas de ocupação dos territórios africanos.

A SGL emerge, pois, num contexto mais amplo de problemas gerados em torno do vasto império português cuja gestão motiva críticas por parte de uma já extensa intelectualidade nacional. Embora se procurem soluções e se incrementem medidas, elas parecem quase sempre insuficientes e impotentes face ao avanço da agressividade comercial e industrial de outros países europeus. Há que robustecer, por isso, a ocupação efetiva dos territórios africanos reclamados por Portugal. Isto mesmo intenta conseguir, procurando definir uma

estratégia abrangente que congregue diferentes áreas científicas, tecnológicas e administrativas, rebuscando posições assumidas no âmbito das anteriores *Viagens Filosóficas*, adaptadas agora à nova realidade nacional (Martins 2010).



Figura 1. Inauguração da Sala Portugal, 1897. AF © SGL.

África, ciência e política colonial

Embora não centre o seu programa de trabalhos exclusivamente no continente africano, a SGL cria, em 1877, a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África (a Comissão de África). Abre uma subscrição permanente no seu seio para criar um Fundo Africano destinado à exploração científica, comercial e agrícola da África equatorial e austral, entre Angola e Moçambique. Produzem-se então mapas e descrições minuciosas das regiões percorridas que são associados, com frequência, a desenhos e fotografias. Em simultâneo, recolhe-se informação e objetos de interesse científico, com o apoio de equipamento e de instrumentos próprios transportados para esse efeito desde a Metrópole (Martins 2012). Assim se antecipa o postulado fundamentador da criação, em 1936, da Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC): o da ocupação científica das colónias portuguesas (Fig. 2).

Mas cumprir a missão e os planos definidos pela SGL requer uma determinada estrutura interna. Constituem-se por isso comissões e secções especializadas às quais compete promover o estudo dos dados recolhidos em África e noutros continentes onde os portugueses estão presentes. A Metrópole não é de todo esquecida neste processo. Antes pelo contrário, pois alerta-se a opinião pública portuguesa para a relevância dos assuntos coloniais, do ensino e da divulgação da geografia, como se verifica com a Expedição Científica à Serra da Estrela, realizada em 1881 (Sarmiento 1883).

Apesar da sua atuação não se circunscrever às extensões africanas, a SGL é determinante na organização de expedições geográficas à África subsaariana, reavivando o interesse político-militar e científico sobre a mesma, de modo a conter o expansionismo europeu. Por isso patrocina, sob proposta de alguns dos seus membros mais destacados, como Barbosa do Bocage (1823-1907), L. Cordeiro e Rodrigo Pequito (1849-1931), projetos de exploração e ocupação territorial. A primeira expedição que diligencia é efetuada a Angola, em 1877, por mão de Serpa Pinto (1846-1900), Brito Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898). Outras expedições se seguirão sob os auspícios da SGL, com o empenho de personalidades como Henrique de Barros Gomes (1843-1898), Ministro dos Negócios Estrangeiros, e a proteção oficial do monarca português. Serão os casos das viagens de Henrique de Carvalho (1843-1909), Francisco Newton (1864-1909) e José Pereira do Nascimento, entre os anos 80 de Oitocentos e a segunda década do século 20.

Não obstante, afirmar-se-á, meio século depois, que “em Angola como nas outras colónias, a investigação científica portuguesa não se afirmou como devia.” (Carriso 1928, 19).

Trata-se de um problema tanto maior para Portugal quando se assiste ao aumento do interesse de países europeus por estas paragens em resultado de uma ávida e crescente sociedade industrial e financeira que demanda novas fontes de matéria-prima, mão de obra e mercados. Assim se compreende que financiem incursões pelo interior destas geografias para sobrepor o direito de ocupação efetiva ao direito histórico português sobre as mesmas. Um direito que intelectuais e políticos, como L. Cordeiro e Andrade Corvo (1824-1890), entendem dever ser avigorado perante o *Scramble for Africa*. Um direito que estará, ademais, no epicentro da Conferência de Berlim (1884-85), numa altura em que países sem tradição na África subsaariana, como Alemanha, Bélgica, Espanha, França e Itália, são cativados pelas suas riquezas naturais agora que vários recantos de outros continentes se encontram já ocupados e controlados.

Entretantes, acumulam-se adversidades entre Portugal e demais potências coloniais europeias. A solução parece residir na preparação de uma conferência internacional, como defendera Andrade Corvo, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e Ultramar. É assim que, paulatinamente, o país entrelaça política, ciência e técnica, em nome do seu próprio desenvolvimento e para melhor defrontar reivindicações alheias. Certamente por isso o Governo português cria a Comissão Central Permanente de Geografia (CCPG) (1876) tutelada pelo Ministério da Marinha e Ultramar, assim como em reação ao assomar da SGL, para promover a produção de conhecimento sobre o solo, a flora, a fauna e as etnias autóctones através de expedições geográficas, geodésicas e cartográficas. Decisão que se revela fundamental quando, no mesmo ano, Bruxelas acolhe, por decisão do rei Leopoldo II (1835-1909), a *Conférence Géographique Internationale* que dará origem à *Association Internationale Africaine* liderada por uma Comissão Internacional presidida pelo próprio monarca belga. Todavia, nenhum português é convidado a participar neste encontro que determina as atividades a lançar sobre territórios onde Portugal é ainda o único país a ocupá-los de forma continuada (Fig. 3).

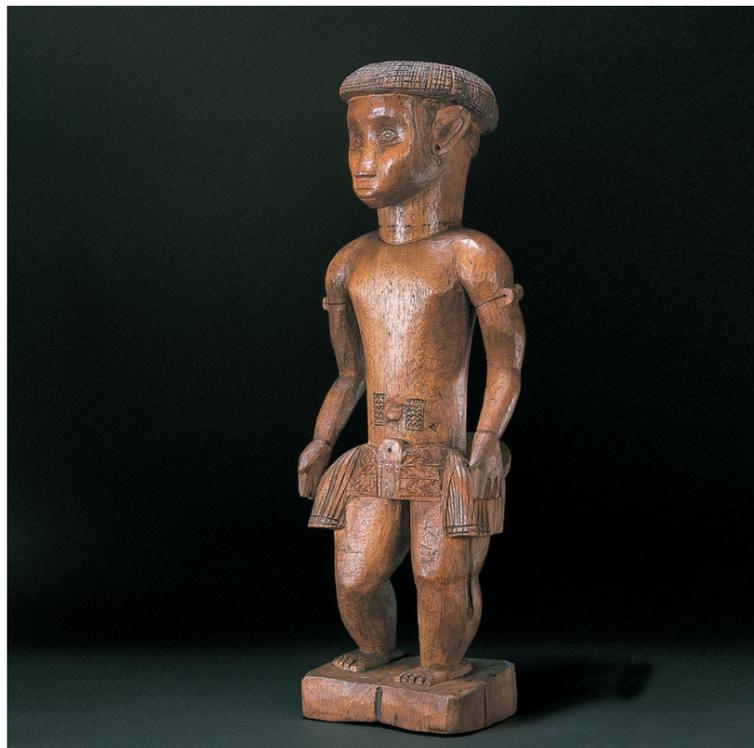


Figura 2. Irá, Bijagó, Guiné-Bissau. MEH © SGL. Foto de Carlos Ladeira.

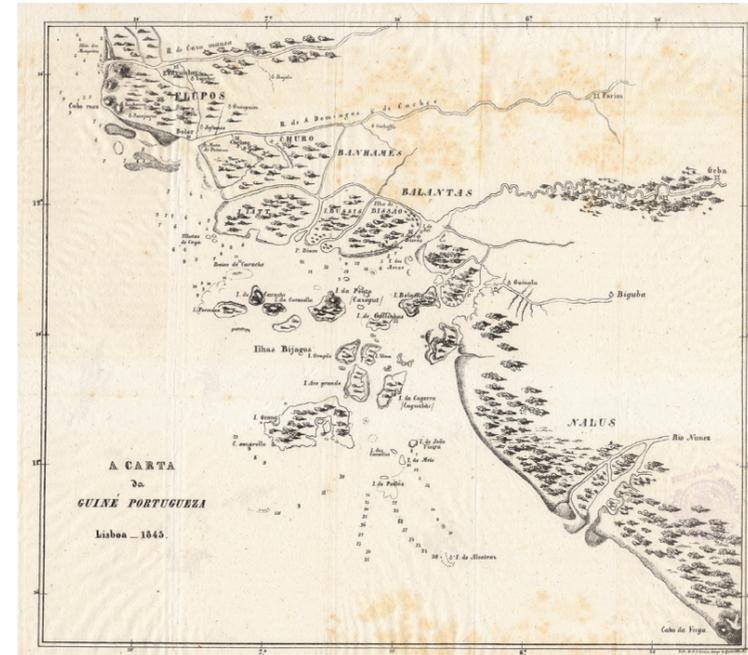


Figura 3. Guiné, 1843, Mapoteca © SGL.

Em 1880, a CCPG dá lugar à Comissão Central de Geografia (CCG) e é incorporada na SGL. Aqui encontra parte da massa crítica essencial à definição de fronteiras e à realização dos imprescindíveis trabalhos de triangulação nas colónias (Martins 2010). Principia-se deste modo uma verdadeira cooperação institucional ao transformar-se a SGL, uma instituição privada, em órgão de consulta científica e técnica do Estado português em matéria colonial. Renomeada em 1883 e coordenada por Ernesto de Vasconcelos (1852-1930), secretário-geral da SGL, a agora Comissão de Cartografia (CC) tem como objetivo central produzir o Atlas Geral das Colónias a partir dos dados coligidos por missões especialmente preparadas para tal. Retoma-se assim o projeto África Meridional Portuguesa, mais conhecido por Mapa Cor-de-Rosa, em De Angola à Contra Costa (Santos 1986). Cartografando-se para ocupar e ocupando-se para explorar, interconecta-se desta maneira exploração científica e administração colonial. No Estado Novo, a CC conduzirá à JMGIC e, em plena democracia, ao Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) (1983).

Contrariamente ao que sucedera na reunião de 1876, na capital belga, Portugal é convidado agora para a Conferência de Berlim onde se estabelece um novo direito internacional para África e se definem condições para o reconhecimento dos direitos de ocupação territorial por parte das potências europeias. Preceitos que são pouco favoráveis aos interesses nacionais defendidos neste encontro, entre outros, por L. Cordeiro, na sua qualidade de secretário-geral da SGL e profundo conhecedor da política colonial africana.

Sucedem, porém, que as pretensões portuguesas de ocupação do território entre Angola e Moçambique colidem com o plano britânico “Cabo-Cairo”, originando um conflito diplomático com Lisboa (1887) acentuado com o Ultimatum Inglês (1890). Não será, contudo, suficientemente temeroso a ponto de impedir que o país participe em nova exposição universal, uma vez mais na Cidade das Luzes, desta feita para comemorar o centenário da Revolução de 1789. É, assim, que, num edifício efémero de recorte eclético e com o apoio indelével da SGL, Portugal se faz representar perante todas as nações presentes como pujante potência colonizadora (Souto 2011, 206-224).

Ensino, divulgação e cidadania ativa

A SGL está presente em momentos decisivos da vida política, social e cultural do país. Além de receber, nas suas instalações, importantes visitas estrangeiras, como a do imperador do Brasil, em 1903, solicita ao Governo, em 1878, a criação de um Instituto de Estudos Coloniais para formar futuros administradores públicos para as colónias, ciente do atraso e impreparação técnico-científica, económica e institucional do país neste domínio. Não obstante, apenas em 1906 é fundada a Escola Colonial que, funcionando na SGL, dará lugar ao atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Mas este não é o único organismo albergado na sua sede (Fig. 4).

Seja pelo prestígio científico que granjeia, pela proximidade dos seus membros a distintos círculos, políticos, militares, científicos e culturais, ou pela dimensão e condições do seu edifício, a SGL acolhe com alguma frequência entidades, individuais e coletivas, públicas e privadas, assim como diversos eventos nacionais e internacionais. Não surpreende, por isso, que os seus espaços acabem por funcionar como palcos privilegiados de congressos, colóquios e exposições. É o que sucede em 1901 com o 1.º Congresso Colonial Nacional organizado por ocasião do 25.º aniversário da SGL. Entretanto, a segunda edição desta reunião, ocorrida em 1924, sugere a criação de um Arquivo Histórico Colonial na dependência do Ministério das Colónias ou do Ultramar, que virá a ser integrado nos organismos predecessores do IICT, herdeiro direto da CC (*vide supra*). Instituído, porém, apenas em 1931, o agora Arquivo Histórico Ultramarino é incorporado, em 2015, na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Silva 1997).

Mas se a história da SGL espelha o histórico do próprio país, mormente no que respeita à política colonial portuguesa, os seus designios são bastante mais amplos. Renovadas ao longo dos tempos, as suas múltiplas comissões e secções de trabalho têm produzido conhecimento sobre diferenciados tópicos de interesse sobre Portugal, os portugueses e as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Disso nos dá testemunho o 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas realizado na Sala Portugal, em dezembro de 1964. Dele resultarão a União das Comunidades de Cultura Portuguesa e a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, ambas sedeadas na SGL.



Figura 4. Máscara, Maconde, Moçambique. MEH © SGL. Foto de Carlos Ladeira.

Atravessando todos os regimes políticos do Portugal contemporâneo e apesar de um certo esvaziamento das suas competências que se começa a observar em 1924, com a criação da Agência Geral das Colónias, hoje, em plena maturidade democrática e sem negar a sua génese e o seu passado, a SGL procura manter e fortalecer os laços científicos e culturais com a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). E fá-lo através de conferências, seminários, congressos, edição de livros e publicação do seu Boletim e das suas Memórias, como o fizera também com as revistas *Geographica* (1965-1973) e *Comunidades Portuguesas* (1966-1974). Atividades que, em grande parte, são estruturadas no âmbito das suas atuais 10 comissões gerais e 24 secções profissionais, em colaboração com unidades de investigação e organismos especializados em diversos domínios do conhecimento, públicos e privados, nacionais e estrangeiros. Atividades que expressam bem algumas das problemáticas mais pertinentes dos nossos dias, a exemplo do uso e exploração racional dos oceanos e da conservação do património cultural e natural, apresentadas, debatidas e defendidas em múltiplas ocasiões e na presença de representantes de vários quadrantes da vida nacional e internacional, numa declaração inequívoca da importância da instituição que as acolhe e promove (Fig. 5).



Figura 5. Cadeira, tchokwé, Angola. MEH © SGL. Foto de Carlos Ladeira.

Coleções etnográficas e bibliográficas

Desde 1897 que o n.º 100 da Rua das Portas de Santo Antão tem sido sede da SGL, depois de ocupar três outros edifícios situados na Rua do Alecrim, na Rua do Capelo e no Palácio das Chagas, todos eles tornados exíguos perante o engrandecimento do museu e da biblioteca.

Com rés-do-chão e 4 andares ligados por ampla escadaria e elevador, o edifício apresenta um interior construído de acordo com a missão inicial da SGL e as atividades levadas a efeito desde os seus primórdios. Projetado pelo arquiteto municipal José Luís Monteiro (1848-1942) e construído com o apoio financeiro angariado no âmbito das celebrações do 4.º Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia (1898), o interior dispõe de amplas áreas destinadas a serviços administrativos, a reuniões académicas, à biblioteca e a exposições permanentes e temporárias. É o caso do Museu Etnográfico disposto ao longo das Salas Portugal, Índia, dos Padrões e Algarve onde o visitante pode observar um planisfério luminoso de grandes dimensões com as rotas dos navegadores portugueses executado especialmente para a Exposição Internacional de Paris de 1931 (Pereira 2005).

Na verdade, o museu é ponderado logo após a fundação da SGL e começa a ser instalado em 1884 com as coleções coloniais que tinham figurado na Exposição Internacional e Colonial de Amesterdão (1883) e que lhe eram agora cedidas pelo Estado, quase uma década antes de incorporar o Museu Colonial (Lisboa 1870) que lhe será confiado em 1892 (Fig. 6).



Figura 6. Sala Portugal na atualidade © SGL. Foto de Carlos Ladeira.

Reaberto em 2016, após um longo processo de renovação museológica e museográfica, o Museu Etnográfico e Histórico da SGL expõe ao público parte das suas coleções, mormente etnográficas, compostas de objetos procedentes da África Ocidental, Central e Oriental, da Índia, da China (incluindo Macau), do Japão e de Timor, obtidos por aquisição, depósito ou doação (Cantinho 2005a). Entre o acervo museológico destacam-se, entre outras, as coleções Henrique de Carvalho e César Augusto Gomes Ribeiro, esta última adquirida pela SGL em 1899, assim como os conjuntos de objetos pertencentes a distintos grupos culturais, como os Chokwé, Luba, Kongo, Tsonga e Bijagó (Cantinho 2005b, 2010). A importância histórica, etnográfica, artística e arqueológica destas coleções representativas das culturas que as geraram, da história da presença portuguesa em geografias ultramarinas e do próprio historial da SGL, tem justificado a inclusão de alguns dos seus exemplares em exposições no país e no estrangeiro. Peças que são associadas com frequência a espécies bibliográficas e documentais pertencentes à biblioteca da SGL, uma das mais completas para quem pretenda estudar os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa.

A par dos títulos adquiridos pela SGL e da entrega de trabalhos produzidos pelos seus membros, a biblioteca recebe, logo em 1877, o Arquivo da Associação Marítima Colonial

(1839) e, três anos depois, a biblioteca e as coleções da extinta CCPG. Incorporações que testemunham o reconhecimento público do papel desempenhado pela SGL no âmbito da ciência e política colonial portuguesa. A relevância crescente deste espaço especializado é fortalecida, entretanto com a aquisição, em leilão, da biblioteca do Marquês de Lavradio, a inclusão da coleção Vidigueira e a obtenção, por oferta, da biblioteca do primeiro Presidente da SGL e futuro Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, o Visconde de S. Januário (1829-1901).

Aberta ao público, em geral, e à comunidade científica, em particular, a biblioteca conta com um espólio composto de c. 72 mil títulos e 6 000 manuscritos, incluindo os cadernos e diários de viagem e outros documentos de Serpa Pinto, Brito Capelo, Roberto Ivens, Silva Porto, Henrique de Carvalho e Gago Coutinho (1869-1959), além da coleção de desenhos do pintor inglês George Chinnery (1774-1852) (Aires-Barros, Grego e Matias 2006). Acresce a estas coleções uma valiosa Mapoteca com importante acervo de cartografia antiga e moderna, atlas e demais documentos cartográficos e iconográficos avulsos, muitos deles relacionados com registos da presença portuguesa em África, num total que supera os 5 000 exemplares (Aires-Barros e Cantinho 2016). O próprio Boletim publicado ininterruptamente até aos dias de hoje e consultável na biblioteca, constitui um repositório



Figura 7. Biblioteca. Sala da Mapoteca © SGL. Foto de Carlos Ladeira.

incontornável para apreender com maior detalhe o contributo da SGL para o incentivo à produção, salvaguarda e divulgação de conhecimento e património relacionados com as antigas colónias portuguesas (Fig. 7).

É todo este património, juntamente com um amplo conjunto de legado imaterial deixado pelos 23 presidentes que a têm dirigido, entre militares, juristas e professores universitários, que a SGL procura valorizar diariamente. Um percurso que lhe tem merecido a atribuição de condecorações asseveradoras da notoriedade e do valor das suas numerosas atividades socioculturais direcionadas a diferentes públicos para incremento das ciências, da cultura e sua divulgação.

Património que é, ele próprio, um convite permanente ao estudo e à visita das suas coleções arquivísticas, bibliográficas e museológicas, ao mesmo tempo que à participação nas mais diversas atividades organizadas pela SGL ao longo do ano, em especial por mão das suas inúmeras comissões e secções. Um conjunto de fontes e ações que, podendo ser consultado em <https://www.socgeografialisboa.pt>, não dispensa a visita presencial à sede da SGL, uma associação privada, com fins científico-culturais, na qual se cruzam gerações de estudiosos e de interessados por um passado comum à CPLP.

Agradecimentos

Dirijo um agradecimento muito especial ao Professor Catedrático Luís Aires-Barros, Presidente da SGL, à Doutora Manuela Cantinho, Curadora do Museu Etnográfico da SGL, e à D. Carla Abreu, dos Serviços Administrativos da SGL.